



Exmo. Senhor

**Presidente da Assembleia Legislativa
da Região Autónoma dos Açores**

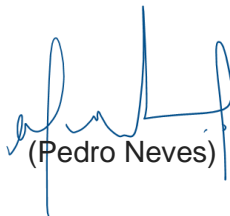
Ponta Delgada, 09 de Janeiro de 2025

Assunto: Requerimento – Patrocínio regional do Fórum Mundial da Cultura Taurina.

A Representação Parlamentar do PAN/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Ex.^a, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o seguinte requerimento com perguntas e solicitação de resposta escrita dirigidas ao Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades.

Com os melhores cumprimentos,

O Deputado,



(Pedro Neves)



**Exmo. Senhor Secretário Regional dos Assuntos
Parlamentares e Comunidades,**

Nunca será excessivo reavivar a memória e renovar o entendimento de que é pacificamente aceite que os animais são seres sencientes, portadores da capacidade de sentir, comunicar, demonstrar afecto, manifestar dor, prazer ou compaixão. Daí que se repudie a concepção de animais enquanto recursos ou objetos, adstritos a um conceito economicista de utilidade e entretenimento, como se verifica, por exemplo, na tauromaquia.

Tem-se verificado um inegável crescente movimento mundial abolicionista das atividades tauromáquicas. Vários países têm trilhado o caminho do abandono progressivo da atividade tauromáquica, inclusive proibindo-a, sobretudo pelo nefasto impacte no bem-estar animal, reconhecendo, desta forma, o seu carácter violento frutos dos comportamentos agressivos perpetradas contra os animais que participam no entretenimento de tortura.

Portugal, incluindo os Açores, poucas ilhas do arquipélago, faz parte de grupo reduzido de países onde ainda existem espetáculos tauromáquicos. A atividade tauromáquica tem sofrido inúmeros e inegáveis contestações por parte da sociedade civil que reclama pela sua proibição, havendo um forte movimento abolicionista da tauromaquia.

A Lei n.º 92/95, de 12 de Setembro, Lei de Proteção aos Animais, prevê no artigo 1.º a proibição de serem praticados todos e quaisquer atos violentos, ainda que injustificados, contra animais. Estão proibidos os actos que, sem necessidade, provoquem a morte, o sofrimento cruel e prolongado ou lesões graves a um animal. Todavia, nesse mesmo diploma existem exceções, no âmbito das quais está inserida a tauromaquia, assumindo-se o seu carácter violento e a necessidade de se excepcionar.

As atividades ligadas à tauromaquia provocam aos bovinos e equídeos dor e stress elevados. O simples facto de o animal ser retirado do seu meio natural configura, *per si*, um factor de stress, agravado pelo seu enjaulamento, transporte, desembarque nos curros e, finalmente, a lide. Sem prejuízo dos impactos nas crianças e jovens, conforme as mais diversas instituições mundiais e nacionais vêm alertando, recomendando, inclusive, a proibição das crianças e jovens menores de 16 anos assistirem às práticas do sector.

Daí, a existência de um interesse público generalizado no repúdio desta prática, muito em resultado da crescente empatia e consciencialização da incompatibilidade entre a prática da tauromaquia e o bem-estar animal.

São várias as entidades que, directa e indirectamente, injectam dinheiro proveniente do erário público numa actividade arcaica que é aceite apenas por alguns, com cada vez menos apoiantes. Não devendo esquecer-se que a atribuição de benefícios fiscais e outras verbas que a Região prescinde de receber, é, também, uma forma de financiamento da actividade, atribuindo-se privilégios fiscais a uma actividade que não representa os açorianos.

Conforme outrora mencionado, insiste-se de que cerca de 16 milhões de euros são, anualmente, atribuídos ao sector da tauromaquia em Portugal. Em Abril de 2023 esses valores foram atualizados, verificando-se um aumento da verba dos apoios concedidos, incluindo autarquias e Governo Regional dos Açores, totalizando 19 milhões de euros.



Em Abril de 2023, estimou-se que o Governo Regional dos Açores gastou cerca de €500.000,00 (quinhentos mil euros) com o setor da tauromaquia. Verifica-se uma “subsidiopendência” do sector do dinheiro público, sob pena de assistir-se ao seu desaparecimento devido à falta de apoiantes, sendo incontestável a falta de rentabilidade financeira do sector. Ou seja, o sector da tauromaquia só existe porque são vertidas, de forma contínua e reiterada, verbas para uma atividade que não representa a população açoriana e que esta tem vindo a repudiar, sobretudo pela violência inerente ao desenvolvimento da mesma.

De entre as várias formas de apoios que a Região atribui à tauromáquia, destacam-se os apoios concedidos aos produtores da raça bovina brava de lide, cuja justificação se prende com a invocação da necessidade de apoiar acções para conservação e melhoramento de recursos genéticos, mas que na realidade financia a criação de animais para a lide, em proveito próprio dos toureiros.

Conforme Luís Rouxinol disse, em 27 de Novembro de 2012, à Naturales: “*Neste momento, e mesmo para uma primeira figura, é difícil viver só dos toiros... E quem disser o contrário, digo-lhe já que não é verdade!*”.

No caso das autarquias, os apoios traduzem-se na organização de festejos populares, construção, reabilitação e manutenção de praças de touros, organização ou apoio às touradas, compra de bilhetes para distribuição, transporte para deslocações a eventos tauromáquicos, muitos declarados de interesse público - importando saber qual é o interesse público em causa, concessão de subsídios a tertúlias, clubes taurinos e grupos de forcados ou de prémios e homenagens ou, ainda, no pagamento de publicidade, e redução ou isenção de taxas e licenças.

Por exemplo, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo já concedeu um financiamento de 1 quarto de milhão de euros à tauromaquia, sem prejuízo dos largos milhares de euros anualmente inscritos nos orçamentos públicos destinados ao sector.

Não sendo suficiente, lamentavelmente, irá realizar-se, em breve, o 4.º Fórum Mundial da Cultura Taurina na ilha Terceira. Um evento para discutir o futuro da tauromaquia, cujos palestrantes são provenientes dos únicos 8 países no mundo onde a actividade ainda sobrevive, apesar das fortes contestações civis, estando aqueles ligados à defesa do sector tauromáquico, ao lobby, procurando justificar a “subsidiopendência” do erário público, contando inclusive com o patrocínio do Governo Regional, Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e Câmara Municipal da Praia da Vitória, conforme é possível ver-se no seguinte link de acesso ao sítio online e imagem infra retirada do respetivo sítio online: <https://forummundialculturateaurina.com/>.



FORUM MUNDIAL CULTURA TAURINA

CONTACTOS
Tertúlia Tauromáquica Terceirense, Avenida Jácome de Bruges, s/n.º - 9700-102 Angra do Heroísmo, Portugal
info@forummundialculturateaurina.com



O financiamento público à tauromaquia é uma opção política censurável, com impacte no erário público, fruto do custo anual global estimado em mais de cerca de 19 milhões de euros em todo o país.

Citando Toni Martinez, para o Jornal MásPúblico (Espanha), em 3 de agosto de 2012: “*As ajudas públicas mantêm vivo o negócio dos touros.*”.

Face ao exposto, não é aceitável que uma Região confrontada com as exigências decorrentes do rigor orçamental, com impacte na satisfação das necessidades básicas da população, sobretudo ao nível da saúde, vivendo uma crise habitacional sem precedentes, prescindida de verba do erário público para financiar uma atividade anacrónica, altamente contestada pela sociedade civil, sendo o único responsável pela sua existência.

Exige-se maior equidistância em relação ao lobby da tauromaquia. Assumir uma posição neutra é o mínimo exigido, deixando de privilegiar uma atividade altamente dependente do orçamento público que não reflecte a identidade açoriana, e cuja legalidade é, no mínimo, duvidosa perante o quadro legislativo vigente, visto, grosso modo, colidir com todos os preceitos legais de bem-estar animal.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis e atendendo ao exposto, a Representação Parlamentar do PAN/Açores solicita a V.^a Ex.^a resposta às seguintes perguntas e documentação escrita:

- 1. Qual o valor das verbas regionais atribuídas, durante o ano de 2024, ao sector da tauromaquia?**
- 2. Qual o valor das verbas regionais previstas para atribuição ao sector da tauromaquia durante o ano de 2025, incluindo apoios financeiros aos detentores de animais utilizados na atividade?**
- 3. Quais as atividades tauromáquicas patrocinadas pelo Governo Regional em 2024?**
- 4. Quais as atividades tauromáquicas patrocinadas pelo Governo Regional em 2025?**
- 5. Qual a fundamentação da declaração de interesse público das atividades realizadas pelo sector no decurso do ano de 2024?**
- 6. Em que consiste o patrocínio do Governo Regional dos Açores ao 4.º Fórum Mundial da Cultura Taurina a realizar-se no fim do mês de Janeiro na ilha Terceira?**
- 7. Qual a fundamentação para o patrocínio do Governo Regional dos Açores ao 4.º Fórum Mundial da Cultura Taurina a realizar-se no fim do mês de Janeiro na ilha Terceira?**

Ponta Delgada, 09 de Janeiro de 2025

O Deputado,

(Pedro Neves)